

Autoetnografia andarilha: fragmentos e entrelugares¹

Luisa Godoy Pitanga (PPGAS -UFRGS/ RS)

Autoetnografia; Meio Ambiente; Novas Inserções Profissionais

A presente comunicação é fruto da pesquisa desenvolvida para a dissertação de mestrado *Ambientalização, audiovisual e desenvolvimento: percursos etnobiográficos*², defendida em 2015 e apresentada na forma de uma *autoetnografia* em que refleti sobre novas inserções profissionais de cientistas sociais e descrevi experiências pessoais na universidade pública como estudante de Ciências Sociais e, no mercado de trabalho, como consultora, documentarista e educadora audiovisual, no contexto do licenciamento ambiental federal de grandes empreendimentos de energia potencialmente poluidores.

Abordar tais vivências no mestrado não era a intenção inicial. Meu projeto tratava de representações audiovisuais da Amazônia brasileira no cinema. Na época da qualificação, entreguei um texto à banca que começava com uma introdução onde abordava minha trajetória apenas como forma de contextualizar o interesse no tema. Uma das pesquisadoras, que depois viria a ser minha co-orientadora e que me conhecia desde a época da graduação em Ciências Sociais na segunda metade da década de 90, lançou uma provocação: eu deveria redirecionar completamente o projeto e tomar por objeto de análise essas experiências pessoais e profissionais como pesquisadora fora da universidade que relatara no texto, pois havia um interesse e uma demanda do campo da Antropologia por conhecer mais desse pouco explorado universo³. Para isso deveria fazer uso de uma nova modalidade de etnografia, ainda

¹ “Trabalho apresentado na 32a Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.”

² Este trabalho é uma montagem de trechos de capítulos da dissertação com trechos de reflexões atuais produzida para a apresentação no GT No elã das palavras: contribuições da escrita criativa à etnografia.

³ De fato, existe um investimento crescente do campo da antropologia brasileira, principalmente por parte da sua entidade de representação, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em pesquisas, em publicações e em debates sobre ética, profissionalização e regulamentação da antropologia no país, que apontam para uma “antropologia extramuros” com novas responsabilidades sociais e políticas por parte dos antropólogos. Dentre as novas responsabilidades sociais e políticas que merecem ser analisadas e problematizadas estão aquelas implicadas no licenciamento ambiental federal de grandes empreendimentos energéticos, um dos atuais nichos no mercado de trabalho reservados a cientistas sociais.

completamente desconhecida por mim, mas aparentemente já legitimada na academia: a autoetnografia.

Depois de muitos rodeios, tergiversações e planos de fuga, apesar da hesitação, veio a constatação de que não poderia, nem deveria, evitar contar essas experiências. E com essa certeza uma nova sensação adveio, bem diferente do desconforto inicial: passei a me sentir à bastante à vontade, como que localizada em meu saber. Hoje, ao revisitar a dissertação para elaborar esta comunicação me pego pensando se o sentimento que não soube nomear na época seria o tal *elã das palavras*, aquele ímpeto de inspiração que nos leva a algo, no meu caso, a escrever.

Ainda que nada desse certo, ao menos teria inúmeras situações anedóticas e dramáticas para relembrar e narrar. Anedotas e dramas à parte, surgiram os primeiros questionamentos: como ser sujeito pesquisado e pesquisador do próprio acervo pessoal e narrar a si de forma etnográfica? Me deparei com a possibilidade de “ilusão biográfica” aventada por Pierre Bourdieu (2006) e também sugerida na qualificação. Fui em busca de bibliografia sobre autoetnografia e etnobiografia para subsidiar a empreitada. Nesse momento, uma parte de meus problemas havia encontrado encaminhamento, mas ainda pressentia que havia algo a acrescentar na forma da narrativa.

Um certo tom confessional seria inevitável, assim como a necessidade de confidencialidade no que se refere a nomes de pessoas, empresas e empreendimentos. Aliado a isso, o embaralhamento de temporalidades, o aspecto lacunar, fragmentário e a incidência em detalhes específicos característico das reminiscências.

Afora as contradições inerentes a uma narração do self, busquei uma ideia que me ajudasse a tecer essas experiências sem confiná-las ou totalizá-las, que tivesse fluidez e caracterizasse os caminhos trilhados por um indivíduo. Inspirada pelas “enunciações pedestres” de Michel de Certeau (2007), que aproximam o caminhar do transeunte pela cidade ao ato de enunciar do falante, me propus a estabelecer o que chamei de percursos etnobiográficos ou autoetnografia andarilha. Para Certeau, o ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação está para a língua. Assim, cada percurso seria um relato. O caminhar seria processual, uma fuga às tentativas de fixação do sistema espacial. O mapa demarca e fixa, já o “percurso” é um ato de enunciação que fornece uma série de caminhos sobre os modos de usar o sistema.

Para Certeau, esses modos de fazer são repletos de “táticas”, que seriam aquelas pequenas transgressões e astúcias que os pedestres/consumidores desenvolvem na relação com a cidade e que passam ao largo do sistema. (CERTEAU, 2007)

Os relatos/ percursos, as caminhadas e as táticas me pareceram analogias afins ao que seria o trabalho do consultor ambiental, também constituído pela dimensão da narrativa, dos deslocamentos e da ação por dentro da estrutura. Dentre as táticas utilizadas nos meus percursos, estava o uso de outra linguagem e de outros meios para lidar com os conflitos nos projetos de desenvolvimento, que não apenas documentos escritos: a linguagem audiovisual na forma de vídeos documentários e o uso da câmera como instrumento de observação e de relação na pesquisa e em processos de educação ambiental.⁴

Falar de si já é tema espinhoso, sendo mais ainda quando se trata da complexa teia de relações sociais que atravessa os projetos industriais de desenvolvimento e envolve grandes empresas, poder público e grupos atingidos por empreendimentos. Além dos desafios epistemológicos relacionados à etnografar as próprias experiências, antes de ser chamada a produzir uma autoetnografia eu não legitimava esse conjunto de experiências como um possível campo de pesquisa. No entanto, já havia percebido que os anos de trabalho no mercado de consultoria ambiental me aportavam um capital simbólico diverso na relação com a academia.

A minha negação desse possível campo de pesquisa talvez se devesse ao que o antropólogo João Pacheco de Oliveira apontou como “um certo mal-estar” por parte

4

“Pude encontrar, ouvir e por vezes filmar vaqueiros, ribeirinhos, seringueiros, pescadores artesanais, agricultores familiares, grandes fazendeiros, madeireiros, prefeitos, vereadores, comerciantes, agentes de saúde comunitários, médicos e enfermeiros de postos de saúde do interior, professores de localidades ribeirinhas e rurais, promotores de Ministério Público, migrantes, quilombolas, quebradeiras de coco, lideranças de movimentos sociais, gestores de entidades não-governamentais, parteiras, benzedeadas, mães-de-santo em lugares remotos, distantes, o chamado “Brasil profundo” e desconhecido, dos pequenos e médios municípios. Alguns lugares já atingidos por grandes empreendimentos, outros em vias de serem atingidos e outros que não chegaram a ser, pois o licenciamento não se concretizou. Esses anos de trabalho também me possibilitaram conviver com profissionais de outras áreas do saber como engenheiros, biólogos, geógrafos, oceanógrafos, geólogos, que também atuam como consultores ambientais. E também gerentes de segurança, saúde e meio ambiente, diretores e gerentes de consórcios empresariais, presidentes de empresas, coordenadores de projetos, gerentes de comunicação, geralmente vinculados a corporações com sede no Rio de Janeiro. E finalmente, dialogar e ter meus serviços avaliados por servidores do IBAMA, órgão ambiental federal responsável pela maioria dos licenciamentos de grandes empreendimentos e por normatizar, avaliar e fiscalizar os estudos e projetos ambientais financiados pelos empreendedores e executados pelos consultores.” (PITANGA, 2015 :17)

do universo acadêmico em relação aos estudos classificados como “aplicados”. A denominação “coloca os seus resultados automaticamente sob suspeita de serem menos permanentes e fundamentados do que outros não rotulados deste modo”. Sua hipótese é que este incômodo resulta de uma espécie de desencontro cultural “entre as práticas concretas de investigação e as auto-representações da disciplina, entre o cotidiano da pesquisa e o discurso normativo que dirige a formação de novos antropólogos.” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2013 :49)

O “mal-estar” da academia em relação aos estudos aplicados produzidos por consultores de certa forma me atingia, pois o trabalho de campo que eu idealizava e legitimava como antropológico era aquele em que passamos meses seguidos em uma determinada localidade convivendo com o grupo estudado, em que o pesquisador se apresenta como antropólogo vinculado a alguma instituição universitária, em que há uma negociação clara entre as partes que resulta em consentimento para realização de uma pesquisa acadêmico-científica, o que definitivamente não era o meu caso. O que pretendia transformar em campo de pesquisa eram experiências vividas sob a capa de consultora ambiental, profissional de pesquisa social vinculada a uma empresa.

A prática da consultoria no licenciamento de grandes empreendimentos se desdobra no arranjo entre condições de pesquisa (técnicas, éticas e econômicas), a interpretação de exigências da administração pública e as relações de clientela com empresas que representam as indústrias mais poderosas do mundo. De certa forma isso é “o que temos para hoje”. Apesar de certo mal-estar, é um dos poucos mercados de trabalho que empregam cientistas sociais em regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), mas também em regimes “mais flexíveis”; trata-se de um trabalho de forte responsabilidade técnica e política no qual o consultor não é necessariamente um agente a serviço da dominação empresarial, sem sensibilidade social, cumpridor de ordens, reprodutor da lógica dominante e que não possui margem de ação. Estar “a serviço” não fez com que eu abandonasse minhas anotações de campo ou deixasse de observar de forma crítica o desenrolar das situações em que me via inserida cotidianamente.

A ideia de percurso me convidou a atentar para aquelas micro experiências pessoais e as táticas, artimanhas, transgressões, astúcias, usados pelo consultor/ cientista social no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos, que fundamentalmente

envolve processos de mudança social engendrados por poderes consorciados no contexto de projetos de desenvolvimento.

Penso o consultor como transeunte ou pedestre, andarilho que caminha pelas arenas de poderes industriais e governamentais, pelos diferentes espaços, como o escritório do empreendedor, a obra, a sala de aula, a localidade rural, a aldeia, a comunidade quilombola, a sala de reuniões do IBAMA, os gabinetes de prefeituras, a audiência pública, os postos de saúde, as escolas, de barco, avião, moto, caminhonete, que usa inúmeras táticas para lidar com a instabilidade dos projetos de desenvolvimento e do mundo empresarial, com seus constrangimentos e pressões, sendo um desconhecido para a pesquisa acadêmica. Esse aspecto transeunte ou andarilho do trabalho de consultoria se assemelha ao que Schuch aponta ao tratar o “andar” e o “atrito” como ideias fundamentais na relação entre antropologia e políticas públicas. Diz a antropóloga:

“Eu gostaria de reter aqui esta ideia de ‘atrito’ (em seus múltiplos sentidos) como fundamental para a antropologia e em especial para a relação entre antropologia e políticas públicas e também destacar a importância do ‘andar’ para o conhecimento antropológico: andando, perambulando, caminhando por diversos lugares e espaços o antropólogo acaba produzindo não uma posição fixa, mas uma série de posicionamentos, promovidos por intensos deslocamentos (...) Cada maneira de inserção representa desafios, formas de atuação e implicações particulares para pensar a antropologia como prática profissional. Desta forma, se por um lado podemos pensar numa inseparabilidade da antropologia com as políticas públicas (e é preciso lembrar aqui a ideia do ‘atrito’), também devemos considerar as múltiplas formas em que se estabelecem essas conjugações (o ‘andar’ em sua flexibilidade) – que são variadas, contextuais e representam modos diversificados de atuação sobre a realidade social. Isto porque cada modo de produção da antropologia impõe constrangimentos, orientações e limites específicos à produção do trabalho antropológico” (SCHUCH, 2003 : 22).

Etnografia, biografia e self: definindo lugares híbridos de enunciação

Corre uma piada entre alguns consultores de que uma das nossas maiores dificuldades responder à pergunta “com o que você trabalha?”, tamanha a complexidade das

relações e das atividades que envolvem a consultoria ambiental para licenciamento de grandes empreendimentos. Parece um bom começo para uma etnobiografia, já que a mesma “é construída a partir das representações de uma pessoa situada num intrincado complexo de relações pessoais e públicas em que se tensionam personagens culturais ou sociais e formas criativas derivadas da pessoalização” (GONÇALVES, 2012: 31).

A etnobiografia é uma nova formulação teórica que abre espaço para a imaginação pessoal criativa na antropologia por meio de uma narrativa que dê conta das experiências individuais e das percepções culturais, sem antagonizar a relação entre subjetivo e objetivo, pessoa e cultura. Na etnobiografia, “é justamente através dessa interpretação pessoal que as ideias culturais se precipitam e tem-se acesso à cultura” (Idem, p. 30).

A noção de etnobiografia tensiona os sentidos do etnográfico e do biográfico. Por um lado, fabulação e experiência constituem o biográfico. Já o encontro entre biografia e etnografia aconteceria no sentido da partilha, da inclusão do outro, do compartilhamento de uma experiência. (GONÇALVES, 2012)

Para desenvolver meus percursos etnobiográficos, na forma de narrativa autoetnográfica, me vali das possibilidades colocadas tanto pela etnobiografia quanto pela autoetnografia que me parecem elaborações pertencentes a um mesmo campo teórico-metodológico pois, articulam biografia e etnografia; buscam reconfigurar a autoridade etnográfica; reconhecem a subjetividade como fator importante na construção do conhecimento; trabalham na perspectiva da polifonia e da reflexividade e produzem novas formas de texto etnográfico que respondem à tentativa de incluir diferentes vozes culturais.

Sabemos que a antropologia está interessada nas relações de alteridade e cada vez mais, nas implicações subjetivas que permeiam essas relações e essa escrita não mais sobre, mas com os outros. E quando se trata da etnobiografia do próprio etnógrafo? Essa (auto)etnografia é legítima? Qual seria meu lugar de enunciação?

No livro *Autoetnografias – conceitos alternativos em construção*, Daniela Versiani faz uma leitura crítica da coletânea *Auto/ Ethnography. Rewriting the self and the social* (1997), organizada pela antropóloga Deborah Reed-Danahay. Segundo Versiani,

“A escolha dessa específica obra se justifica pelo seu caráter experimental _ o termo autoetnografia foi proposto pela organizadora aos oito demais antropólogos como uma ferramenta com a qual e sobre a qual refletir_ e pelas diferentes perspectivas com que cada um desses antropólogos efetivamente construiu sentidos para o termo” (VERSIANI, 2005, :19).

Versiani identifica pelo menos três perspectivas na adoção do termo autoetnografia pelos autores em questão:

“Native anthropology ou etnografias produzidas por membros do grupo estudado que receberam treinamento formal em antropologia e que retornam ao seu grupo cultural de origem para escrever uma etnografia (1); ethnic autobiographies ou narrativas, testemunhos, relatos de vida ou autobiografias escritas por autores membros de grupo étnico escolhidos como tema de investigação (2); autobiographical ethnography ou escritos auto-reflexivos de antropólogos cuja experiência pessoal e profissional é inserida e analisada na própria escrita etnográfica, especialmente marcada por preocupações metodológicas e epistemológicas, como a reflexão sobre o processo de construção de conhecimento antropológico. (3)” (VERSIANI, 2005: 211).

No termo autoetnografia o prefixo auto equivale à multiplicidade do self, não como “uma entidade unívoca estável e independente dos contextos nos quais se constitui” nem “como a sucessiva troca de máscaras para cada situação” (Idem, pg.8). Mas sim, como complexidade e singularidade, compreendidas como “sobreposições simultâneas e cumulativas de papéis, identificações e sentimentos de pertença decorrentes dos constantes deslocamentos geográficos, da contínua interação com outros selves e das atribuições recíprocas de identidades entre selves” (Idem, p. 18).

Essa multiplicidade do self que constitui o sujeito da autoetnografia se aproxima em vários sentidos do que na etnobiografia é denominado pessoa-personagem. A ideia de pessoa- personagem fala da dimensão da personalidade nas representações textuais da antropologia. Essa construção da pessoa-personagem não estaria baseada em “essências individualizantes introspectivas”, mas na potência reflexiva produzida pela relação, “em que se engendra uma consciência de si a partir de uma relação complexa de alteração com o outro” (GONÇALVES, 2012: 38).

Nas etnografias clássicas, generalizações abstratas como os Nuer, os Trobriandenses, os Azande impediram a pessoalização nas representações textuais da antropologia e revelavam uma “imaginação etnográfica controlada” (Idem, p. 26). A etnobiografia e a autoetnografia propõem uma ruptura com o que seria um “discurso antibiográfico”, que trata os indivíduos “como espécimes exemplares de uma cultura construída a partir das generalizações de experiências” (Idem, p. 32).

A partir dos anos 1960, principalmente pela influência da ideia de polifonia na obra literária, proposta pelo filósofo Mikhail Bakhtin, na antropologia passa-se a questionar a centralidade da voz do etnógrafo nas narrativas etnográficas, que geralmente oscilavam entre a voz do outro, a voz do etnógrafo e a voz impessoal que “encarna um discurso sobre a sociedade ao propor generalizações” (Idem, p. 32). A mudança no gênero etnográfico fica nítida quando passa a priorizar o biográfico “ao acentuar a experiência traduzida em vozes de pessoas de carne e osso que se expressam sem o controle imediato do narrador etnográfico” (Idem, p. 34).

Para Reed-Danahay (apud VERSIANI, 2005) a autoetnografia se caracteriza por uma série de ambiguidades, inversões e sobreposições que modificam a perspectiva etnográfica:

“a presença de elementos narrativos que oferecem uma ligação entre particular e coletivo ao descrever um modo de vida e ao mesmo tempo nos falar sobre acontecimentos de uma vida em particular; coincidência entre autor da narrativa e objeto narrado, seu próprio self; sobreposição de gêneros (autobiografia e etnografia) e inversão de papéis: enquanto em sua concepção tradicional do etnógrafo traduz uma ‘cultura estrangeira’ para uma audiência nativa, o autoetnógrafo supostamente traduziria uma cultura nativa para uma audiência estrangeira” (REED-DANAHAY apud VERSIANI, 2005 :150).

Tais especificidades colocam o autor de autoetnografia na posição híbrida de insider/outsider (nativo/estrangeiro), localizado em uma “zona de fronteira” ou “entre duas culturas”, portador de uma identidade bicultural (Idem, p. 149). Cada vez menos os “híbridos” são seres estranhos para a antropologia e suas interações com o campo da antropologia ao gerar novos problemas epistemológicos, éticos e políticos, acabam por transformá-lo definitivamente. Versiani propõe que ao assumir-se como

insider/outsider deve-se fazê-lo numa perspectiva cumulativa e não excludente, na qual as pluralidades do self possam ser aceitas como constituintes da identidade.

Nos percursos auto/etnobiográficos retomo a ideia de insider/outsider, na qual a condição de nativa/estrangeira, de dentro/de fora, se coloca de modo dinâmico e relacional em termos de pertencimento e estranhamento. Em algum momento desse percurso, eu fui uma estrangeira na universidade, aonde me inseri em redes de relações, forjei meu pensamento, desenvolvi e experimentei habilidades e a partir disso pude me tornar “nativa”, pertencente, familiarizada, em relação àquele antes estranho “mundo acadêmico”. Por conta das relações e habilidades desenvolvidas acabei por adentrar outro mundo, novo, desconhecido, complexo, difuso, um mundo que envolvia políticas públicas, empresas, grupos sociais urbanos, rurais, tradicionais e novamente me vi “estrangeira”, “outsider”, tateando, estranhando, conhecendo novos códigos, regras, nomenclaturas, lógicas.

Repleta do que havia aprendido naquele lugar aonde passei a me sentir “nativa”, aos poucos desenvolvi um novo pertencimento, porém, não desprovido de estranhamento deve-se reiterar. Assim, inicio o processo de me reconhecer e ser reconhecida como “consultora” ou profissional das ciências sociais na consultoria ambiental. Criei novas redes de relações, descobri outras habilidades, experimentei outros personagens. Posso afirmar que, aos poucos, me tornei nativa desse outro campo, entretanto essa “nova” condição nativa não se fez estabelecendo separações, rupturas com o outro mundo ao qual pertencia. Ao contrário, essa nova condição se fez a partir daquele mundo anterior, de minha formação formal como cientista social e informal como documentarista e por conta das relações de amizade lá estabelecidas.

E afinal, uma década depois eu retorno à “antiga casa” para fazer mestrado, àquele mundo do qual havia me afastado, mas não me desligado completamente. Voltava munida de outros “capitais”, conhecedora de novos segredos, detentora de uma bagagem específica que me conferia uma condição diferente daquela com a qual eu havia saído. De certa forma era como se eu voltasse de um longo trabalho de campo extraoficial, de uma longa jornada a um mundo desconhecido. Um mundo invisibilizado que interfere diretamente em nossas vidas por regular e gerir o uso de nossos recursos mais básicos, as matrizes energéticas, e que incide nas relações de alteridade, já que afeta diretamente a vida de uma diversidade de sujeitos que tem

grande importância no campo da antropologia como: indígenas, quilombolas, camponeses, pescadores, ribeirinhos, extrativistas.

O sujeito autoetnográfico acumula e soma “múltiplas pertencas e experiências passadas, decorrentes de sua singular trajetória de identificações com diferentes grupos socioculturais , memórias e tradições” (Versiani, 2005 : 212) e tem como pressupostos a complexidade, a mobilidade e a singularidade do indivíduo. Essa multiplicidade cumulativa e simultânea de pertencas que caracteriza o sujeito autoetnográfico, também se manifesta na ideia de pessoa-personagem. Gonçalves sugere que:

“pessoas e personagens sejam reais ou ficcionais, formulam em sua autonarrativa modulações que acentuam caracteres e estereotípias, buscando coerência em seus atos e pensamentos que dão forma, simultaneamente, a uma construção flexibilizada do self no interior de uma determinada cultura(...) Acrescentaria que ambas, pessoa e personagem são menos diferenças de natureza e mais modulações do estado de ser e atuar no mundo” (GONÇALVES, 2012: 25-26).

O exercício de autopoiesis é entendido “como capacidade dos humanos, através de suas narrativas, produzirem-se a si próprios” (PASSEGGI, 2011 apud GONÇALVES, 2012 :22). A pessoa-personagem da consultora em construção nessa narrativa autoetnográfica opera um jogo de difícil entrosamento entre a técnica, a militante e a empresária. Ao pensar como “empresária”, sócia de uma pequena empresa de consultoria, ressalta o interesse em dar continuidade à relação profissional com o “cliente”, renovar e conquistar novos contratos, melhorar orçamentos e condições, conquistar alguma estabilidade no mercado, manter a equipe. Do ponto de vista da “técnica” objetiva fazer seu trabalho com responsabilidade, ser ouvida em suas considerações, dar continuidade aos processos de compensar e mitigar impactos. Na perspectiva “militante”, entende as desigualdades que permeiam as relações entre Estado, empresa e sociedade civil e tenta, de alguma maneira, desestabilizar a correlação de forças por dentro da estrutura.

Já como pessoa-personagem da cientista social me dou conta do quanto a formação em Ciências Sociais conforma minha maneira de pensar e de olhar para o mundo em volta. E que isso não tem volta, já que essa formação cria uma inescapável perda da inocência que nos torna eternos desconfiados, questionadores, desvendadores. De certa forma, é essa constante observação interrogativa que garante certo frescor ao olhar para a vida, uma abertura que permite ainda ser surpreendido e transformado pela relação com o outro.

Entendo que meu lugar de enunciação é simultaneamente dentro e fora, “insider e outsider”, estranha no ninho, referendando a ideia de acumulação, soma de pertencas, sem estabelecer uma dicotomia estanque, monolítica entre nativo/estrangeiro e sim nuances, modulações que variam de intensidade, saturação, ângulo, perspectiva, a depender do percurso e à medida do caminhar. Na bibliografia sobre novas inserções profissionais de antropólogos há uma diversidade de relatos que dialoga com a posição ambígua de insider/outsider daqueles que atuam fora do esquema acadêmico. Destacarei alguns deles por considerar que levantam questões pertinentes à minha própria experiência e condição.

No artigo O estrangeiro em “campo”: atritos e deslocamentos no trabalho antropológico, Patrice Schuch analisa sua experiência como antropóloga em duas esferas distintas de produção de conhecimento: na academia e numa instituição de intervenção social, a FEBEM/RS (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Rio Grande do Sul). A autora se vale de uma definição de “estrangeiro”, elaborada por Simmel, condição que permitiria ao antropólogo estar tanto próximo quanto distante em suas diferentes atuações profissionais.

“Tais profissionais estão colocados na intersecção entre modos de atuação estruturados de maneira diversa, e acabam vivenciando uma condição sui generis de, nos dois espaços – na academia e nos órgãos de intervenção social – estarem, ao mesmo tempo, próximos e distantes(...) Levando em conta a proposta de Simmel (1983), que fala que o “estrangeiro” é um elemento do próprio grupo, sem deixar de estar, ao mesmo tempo, fora dele e o confrontar, eu pergunto: os antropólogos não deveriam ser “estrangeiros” em todas suas atuações profissionais – seja acadêmicas ou ligadas às instituições de intervenção social? Nestes termos, entendo como fundamental a permanência da condição de “estrangeira”, para poder

explorar os diversos espaços em que se inscrevem os diferentes trabalhos antropológicos” (SCHUCH, 2003: 17-19).

Existe aí o que eu chamaria de um jogo dinâmico entre pertencimento e estranhamento que permeia essa condição ambígua e confunde os lugares de enunciação. Afinal falo de onde? Sou nativa/insider ou estrangeira/outsider em relação a quê? A posição que assumo nessa autoetnografia é a de insider/outsider, nativa/ estrangeira, um lugar de ambiguidade que envolve a relação academia/ empresa. Uma narrativa que ora estranha experiências passadas para poder descrevê-las e ora fala de dentro como manifestação pessoalizada, daquela que passou por determinadas experiências singulares.

A antropóloga Alinne Bonetti tematiza dois lugares de enunciação distintos que conformam uma hibridez ao relatar no artigo “A ONG e a antropóloga - Da experiência etnográfica à experiência profissional” sua experiência de inserção profissional em uma ONG feminista:

“de um lado a pesquisadora olhando para o seu objeto de pesquisa e tecendo reflexões sobre ele e, de outro, a profissional falando da sua experiência de trabalho como antropóloga (...) Não foi uma tarefa muito fácil a de parar para pensar sobre a minha trajetória e sistematizá-la de forma a fazer sentido. Esta dificuldade se prende, em grande medida, com uma certa sensação de fragmentação que deriva, por sua vez, de uma outra sensação: a de estarmos sendo levados pelas circunstâncias, sem termos uma clareza das opções que vamos fazendo na nossa vida profissional. Mas, ao mesmo tempo, foi um exercício importante porque me fez parar e, no inventário dos meus supostos fragmentos, vislumbrar um certo caminho percorrido” (Bonnetti, 2004 :30).

O sentimento colocado por Bonetti, de ter sido levada pelas circunstâncias, é compartilhado por mim, pois nunca entrevi na consultoria um projeto de vida, apenas me movimentava de projeto em projeto, de aventura em aventura, como profissional autônoma, conhecido popularmente como freelancer.

A ambiguidade que caracteriza essa condição híbrida também passa pelo jogo de luz e sombra entre: o que fica oculto, incomunicável e o que se pode mostrar e dizer. O jogo de luz e sombra se dá quando o olhar antropológico se faz presente, mas de

forma velada, visto que se está ocupando outra posição visível institucionalmente que não a de cientista social, de pesquisador acadêmico. E essa observação escamoteada pode nos oferecer uma visão privilegiada das relações, dos conflitos, das estratégias que envolvem aqueles atores com os quais estamos interagindo. Dentre os relatos reflexivos de antropólogos acerca de suas experiências extra-muros o de Barbara Soares no artigo *A Antropologia no executivo: limites e perspectivas* que aborda o período em que ocupou um cargo executivo no governo do estado do Rio de Janeiro como responsável pela implantação do Programa Estadual de Segurança da Mulher é dos mais contundentes:

“Certas situações que vivi na Secretaria de Segurança eram tão ricas e se ofereciam de forma tão sedutora a um olhar analítico que era difícil resistir à tentação de sacar do bolso o caderno de campo e registrar os discursos, categorias, jogos interativos e estratégias simbólicas que meus interlocutores encenavam diante dos meus olhos. Muitas vezes, nossos encontros e reuniões pareciam verdadeiras amostras compactadas de um trabalho de campo, com a vantagem de funcionarem sem a interferência incômoda do observador. Como antropóloga, eu realizava assim a fantasia de estar presente, porém invisível, como se observasse as cenas de uma câmara secreta (...) Algumas vezes, quando me reunia com policiais, líderes comunitários, profissionais, voluntários ou grupos organizados que falavam em nome de suas comunidades ou corporações, eu escutava atentamente as propostas e as demandas, mas não conseguia perder de vista o subtexto que emergia livremente dos discursos e das ações de meus interlocutores. De várias formas eles expressavam suas visões sobre violência, família, sociedade, comunidade e sobre a função do Estado e da sociedade civil no enfrentamento da violência; definiam e redefiniam seus próprios papéis como profissionais e representantes comunitários, em função das expectativas geradas pelo nosso diálogo; desenhavam o mapa das alianças que instituíam grupos, sub-grupos e facções rivais; discutiam e descartavam categorias; naturalizavam outras que, consciente ou inconscientemente, determinavam o curso de suas ações e disputavam a primazia da verdadeira representatividade comunitária ou do discurso legítimo sobre a violência de gênero” (Soares, 2002 :56).

Assim sendo, o que emerge e é apreendido das situações relatadas por Soares também se dá porque do outro lado há alguém ocupando um papel específico e visível na interação que propicia tal emergência. Esse alguém, que também é antropólogo, vai ser exigido a cumprir e corroborar com determinadas práticas e discursos em decorrência desse outro lugar que ocupa, no caso de Soares, o de representante do poder executivo.

“O fato de eu desempenhar, naquelas situações, o papel da autoridade, era ainda mais revelador, pois como personagem da cena que observava, eu tinha o privilégio de conhecer pela própria experiência, a gramática utilizada por certos grupos, na relação com o que eles consideravam ser uma representante do poder (...) Mas, sempre que me entretinha observando formações conceituais, estruturas de plausibilidade, feixes de significados, ambiguidades e tensões constitutivas dos discursos e das práticas de meus interlocutores, lembrava-me subitamente de meus compromissos profissionais como subsecretária adjunta: era preciso dar respostas precisas às demandas, solucionar as disputas, negar ou aceitar as propostas, definir caminhos, avaliar os procedimentos e oferecer alternativas aos problemas enunciados. Era hora de abrir mão da invisibilidade, sem contar, no entanto, com as prerrogativas de pesquisadora, que me assegurariam o direito ao silêncio e à suposta neutralidade do posto de observação. Era hora de começar a me expor, de fazer as escolhas, de manifestar ideias e propósitos e de atribuir às categorias os significados que as transformariam em instrumentos da ação” (Idem, p. 59).

As experiências que narrei na dissertação foram vividas de uma posição visível como consultora ambiental, inicialmente como profissional autônoma e depois como sócia de uma pequena empresa, e de outra menos visível, a de alguém informada pelo olhar antropológico. Alguém que não deixou de estranhar as práticas e representações vigentes no campo do licenciamento, mesmo que aos poucos passasse a sentir que pertencia àquele campo, à medida que conhecia melhor seus espaços, seus rituais, seus atores e suas instituições.

A crescente sensação de pertencimento não fez com que o estranhamento cessasse, mas que se transformasse em um olhar crítico sobre os processos de licenciamento nos quais estive vinculada diretamente. Esse olhar crítico se desenvolveu a partir das

práticas de pesquisa e dos encontros com uma diversidade de sujeitos “impactados”, da escrita dos relatórios técnicos, das conversas com companheiros de equipe, dos visionamentos de materiais audiovisuais nas ilhas de edição. E depois, esse olhar foi aprofundado e ratificado pelo aporte teórico-metodológico oferecido pela pós-graduação.

Em uma reflexão acerca da confluência de forças que levam os indivíduos a trilhar (in)determinados caminhos, vislumbrei que meus relatos/percursos etnobiográficos na forma de narrativa autoetnográfica poderia trazer alguma contribuição, ainda que micro, para a compreensão de processos históricos de ambientalização que são atravessados pelas relações entre licenciamento ambiental e empresas de consultoria ambiental.

Conclusão (provisoriamente)

Seguindo esse entendimento, o consultor é um colecionador de percursos e, quando possível, um narrador desses percursos. E, de acordo com Certeau, todo percurso é um relato, uma “enunciação pedestre”. Essa narrativa dos percursos na forma de “aventuras” em campo se faz geralmente nas conversas entre consultores. Essas histórias podem ter diferentes tons como: nostálgico, anedótico, heróico ou de denúncia, gravidade. Uma coisa é certa, consultores possuem histórias para contar. Essa característica de fabulação, no caso uma fabulação confessional ou cúmplice, está presente nessas interações entre consultores em situações informais, durante viagens de campo ou fora delas.

Quando me refiro aos “profissionais”, falo especificamente daquele grupo com o qual travei contato nesses anos de trabalho. Alguns já eram conhecidos da época de graduação e outros chegaram depois. A grande maioria tem formação em ciências sociais e geografia. Outros são ligados à prática audiovisual e cineclubista, sendo estes últimos profissionais pouco usuais na consultoria ambiental. Um desses profissionais amigo proclama o lema de que “o que acontece no campo fica no campo” para se referir a todo tipo de subversão que possa acontecer durante o campo e que escapa ao controle institucional.

O campo é o lugar de encontro entre consultor e “impactado”, que pode ocorrer também no contexto da audiência pública. Mesmo com condições precárias, ou seja,

com pouco tempo e de forma improvisada, esse encontro em campo é visto como uma oportunidade única que dificilmente se repetirá. A incerteza do retorno é umas das poucas certezas do consultor, ou deveria ser. Nada garante que será o mesmo consultor a retornar, que haverá continuidade no projeto porque basicamente esse retorno depende de contratos entre empresas, de decisões de investimento do empreendedor e dos procedimentos de licenciamento que estão alheios à vontade do profissional.

Os encontros são de diferentes tipos. Há aqueles previamente marcados e aqueles de surpresa, em que não se tem como contatar as pessoas. O trabalho do consultor só existe quando ele viabiliza esses encontros, que muitas vezes ocorrem de forma improvisada, a depender do risco e do acaso. Em muitos casos há dificuldade de conseguir contatos prévios devido à infraestrutura das localidades que não tem telefone ou informações disponíveis na internet. Mesmo com alguma previsão e preparação, dificilmente se sabe o que encontrará no campo.

Mais uma das habilidades de um consultor é ser um planejador de viagens de campo, algo que não se aprende na faculdade de Ciências Sociais. O planejador deve pensar a organização da logística de transporte e hospedagem de acordo com o orçamento disponível; estudar mapas para elaborar o trajeto de campo que podem incluir translados fluviais, terrestres e aéreos; definir a duração do campo ao calcular a quantidade de dias a partir da extensão, quantidade e infra-estrutura de circulação (estradas, rios) dos municípios a serem visitados. A preparação para o campo também é composta pelas atividades de pesquisa como: levantamento de dados secundários pela internet sobre as localidades da área de influência; sistematização de materiais como questionários, roteiros de perguntas, fichas; definição de instrumentos de pesquisa.

O envolvimento com campanhas de campo realizadas em equipe e a viagem como meio de pesquisa, de certa forma, aproximam o consultor de figuras históricas de viajantes como o sertanista da comissão Rondon, o viajante-naturalista ou o turista aprendiz de Mario de Andrade. De um lado a viagem de pesquisa como um aventurar-se no Brasil profundo por entrar em contato com realidades desconhecidas, distantes, inesperadas. De outro, desprovido de romantismos, o consultor é um viajante enquadrado na lógica do mercado empresarial, que trabalha sob fiscalização de um

órgão público e que tem o compromisso de produzir um documento escrito que servirá de base para o licenciamento de um grande empreendimento que pode afetar milhares de pessoas.

As relações de dominação na produção de conhecimento vivenciadas no campo do licenciamento, me levaram a discorrer sobre a própria constituição de minha (auto)etnografia. Acho que podemos falar de pesquisa de campo “em situação de dominação”, visto que regida pelos interesses e orçamentos das empresas que querem licenciar seus empreendimentos. Como poderia etnografar as práticas de consultoria se eu fosse outsider? Como viabilizar que um estudante de mestrado ou doutorado faça observação do cotidiano de funcionários de uma empresa de consultoria sem outros vínculos com o meio? Bronz usa o termo “participant-insider” (MOSSE, 2005 apud BRONZ, 2011 :63) para qualificar a etnografia em que “o investigador não apenas está comprometido com aqueles com os quais se relaciona, como se torna um agente das ações e processos que analisa (...)isto é, um observador posicionado no interior da rede de relações e conexões que constituem o projeto” (Idem, pp. 63 -64) já que não seria possível observar as práticas empresariais no licenciamento sem estar dentro das situações, agindo e trabalhando.

Pouco se sabe do que acontece nos gabinetes, escritórios, repartições, obras, alojamentos e nas cidades inventadas para atender aos desígnios do “deus” progresso , que ao longo do tempo foi rebatizado de desenvolvimento sustentável e recentemente ganhou um novo filho pródigo: a economia verde. São muitos os segredos que guardam essas arenas instituídas por projetos de desenvolvimento e muitas histórias ainda precisam ser contadas para que possamos começar a entender sua complexidade, suas nuances, seus desastres e suas inevitabilidades.

A autoetnografia andarilha como uma espécie de diário aberto e fabulado, um amontoado de reminiscências (des)organizadas em percursos, se arrisca em caminhos tortuosos, entrecortados, por vezes a beira do abismo. Um dos maiores aprendizados do longo exercício de escrita autoetnográfica para uma dissertação talvez seja descobrir a hora de terminá-la. Um texto ou um filme, contraditoriamente, nascem de um fim, da decisão de encerrá-los.

Em 2015, eu me perguntava ao final da dissertação, *“afinal para onde estamos caminhando ao barrar os imensos e insondáveis rios amazônicos, ao perfurar*

camadas cada vez mais profundas da crosta terrestre em busca de petróleo, ao tornar a mediação tecnológica uma protagonista de nossas vidas? Aonde isso tudo nos levará? Provisoriamente, coloco uma vírgula no fim.” (PITANGA, 2015 :185)

Epílogo

2020, estamos em uma pandemia. O desmonte da gestão ambiental pública se dá a olhos vistos após a eleição para a presidência de um candidato de extrema-direita, saudoso da ditadura militar. Por outro lado, a autoetnografia vem se consolidando como possibilidade narrativa e cada vez mais desperta curiosidade dos antropólogos em formação.

BIBLIOGRAFIA

BONETTI, Alinne. “A ONG e a antropóloga - Da experiência etnográfica à experiência profissional” In: Revista Humanas. Cidadania, Democracia e Políticas Públicas. V. 26/27, no 1/2. Porto Alegre, IFCH/UFRGS, 2004/2005.

BRONZ, D. *Empreendimentos e empreendedores: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental*, Brasil, século XXI. Tese de Doutorado, Museu nacional/UFRJ. 2011

CERTEAU, M. de *A invenção do cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

GONÇALVES, M. A.. “Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens”. In: GONÇALVES, Marco Antonio; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vânia (org.). *Etnobiografia – subjetivação e etnografia*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012

LEITE LOPES, J. S. (Coord.); ANTONAZ, Diana; PRADO, Rosane, SILVA, Gláucia (Org.). *A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. “Etnografia enquanto compartilhamento e comunicação: desafios atuais às representações coloniais da antropologia”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Desafios da Antropologia Brasileira*. Brasília: ABA, 2013

PITANGA, L. G. *Ambientalização, audiovisual e desenvolvimento*. Dissertação de mestrado. PPGSA-UFRJ, Rio de Janeiro, 2015

SCHUCH, Patrice. “O estrangeiro em “campo”: atritos e deslocamentos no trabalho antropológico.” In: revista Antropolítica, Niterói, v. 12/13, n. 1/2 sem/2003

SOARES, Barbara M. “No executivo: limites e perspectivas”. In: CORREA, Mariza (org.) *Gênero e Cidadania*. Campinas: Unicamp/PAGU, 2002

VERSIANI, Daniela B. *Autoetnografias: conceitos alternativos em construção*. Rio de Janeiro, 7 Letras. 2005